

CADERNO ECONÔMICO

INSTITUTO PEREIRA PASSOS | Coordenadoria de Projetos Especiais - DEZ/2025

**O desenvolvimento das forças
produtivas como pré-condição
para o desenvolvimento
social e ambiental**

SÉRIE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CADERNO ECONÔMICO

SÉRIE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**O desenvolvimento das forças
produtivas como pré-condição para o
desenvolvimento social e ambiental**

Dezembro | 2025



Instituto
Pereira Passos

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Eduardo Paes

PREFEITO

INSTITUTO PEREIRA PASSOS

Elias Marco Khalil Jabbour

PRESIDENTE

Clara Sanchez Rodrigues

Diretora Executiva

Marcelo Pereira Fernandes

Coordenador de Projetos Especiais

Autores

Ana Caroline de Sousa Sampaio

Naiara Silva de Carvalho

Vitor Vieira Fonseca Boa Nova

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. VOLTA ÀS ORIGENS: A CENTRALIDADE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO DESENVOLVIMENTO	9
3. ENFOQUE E VISÃO DO DESENVOLVIMENTO SEGUNDO OS CLÁSSICOS DA ECONOMIA POLÍTICA E KARL MARX	10
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: INDICAÇÕES E POSSIBILIDADES PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO RIO DE JANEIRO	13
5. REFERÊNCIAS	15

■ APRESENTAÇÃO

O **Caderno Econômico** foi concebido pelo corpo técnico do Instituto Pereira Passos como um instrumento para refletir sobre o desenvolvimento econômico a partir da cidade do Rio de Janeiro, posicionando seus estudos no contexto nacional e internacional. Organizado em séries temáticas, o Caderno inaugura, nesta edição, o primeiro volume da série “Desenvolvimento”, dedicada a discutir o tema sob diferentes enfoques — teóricos, históricos e propositivos. O objetivo é apresentar interpretações centrais do conceito de desenvolvimento, revisitar autores e obras de referência e, sobretudo, formular contribuições para a construção de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Rio de Janeiro no médio e longo prazo.

Este volume inaugural, “O desenvolvimento das forças produtivas como pré-condição para o desenvolvimento social e ambiental”, apresenta o marco conceitual que orientará os volumes subsequentes. Optou-se por um resgate das origens do conceito de desenvolvimento na Economia Política clássica, à luz da concepção materialista histórico-dialética da tradição marxista. Destaca-se a centralidade do desenvolvimento das forças produtivas, da técnica e da capacidade produtiva social como base material para a elevação das condições de vida, para a redução das desigualdades sociais e territoriais e para novas formas de relação entre sociedade e meio ambiente.

Paralelamente, o **Caderno Econômico** contará com a série “Indústria”, cujos três primeiros volumes analisarão indicadores industriais do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro. A proposta é examinar dados, identificar tendências e contextualizar sua evolução no quadro político, econômico e social, oferecendo ao leitor diagnósticos e interpretações sobre a dinâmica industrial nos três níveis territoriais.

Coordenação de Projetos Especiais

■ 1. INTRODUÇÃO

O termo “desenvolvimento” é possivelmente um dos mais utilizados no campo das políticas públicas, mas também um dos mais ambíguos, com variadas interpretações e mesmo críticas ao termo. Ao longo do tempo, diferentes correntes teóricas vêm lhe atribuindo significados distintos e, por vezes, conflitantes – ora enfatizando a dimensão puramente econômica e produtiva, ora introduzindo novas temáticas, como a social, ambiental, educacional e cultural. Essa diversidade de enfoques, embora possa enriquecer o debate, muitas vezes contribui para interpretações fragmentadas e parciais do fenômeno.

Partindo do esforço de adotar uma visão que seja abrangente e integrada, a Coordenadoria de Projetos Especiais do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) entende que compreender os fenômenos sociais em suas múltiplas dimensões é essencial para posicionar as instituições e órgãos públicos em condições de formular e orientar estratégias de desenvolvimento. Relacionar o urbano ao econômico, o social ao produtivo e o planejamento territorial à melhoria das condições de vida da população constitui, assim, uma tarefa central para se pensar em desenvolvimento em termos concretos e aplicáveis para a cidade do Rio de Janeiro e suas regiões de influência.

Esta publicação tem por objetivo apresentar, de forma sintética e acessível, o conceito de desenvolvimento econômico e social, destacando as contribuições da economia política clássica e da teoria marxista. Propõe-se uma leitura que recoloca no centro do debate a importância do desenvolvimento das forças produtivas, da indústria e da inovação tecnológica como fundamentos para a geração de empregos de qualidade, elevação da renda da população, enfrentamento dos desafios climáticos e ambientais e promoção do bem-estar urbano.

■ 2. VOLTA ÀS ORIGENS: A CENTRALIDADE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO DESENVOLVIMENTO

Desde a Antiguidade, governantes e pensadores buscaram compreender as causas da riqueza e do progresso dos povos. Contudo, foi com a Revolução Industrial e com a consolidação da economia política como campo de conhecimento que o conceito moderno de desenvolvimento ganhou forma. Inicialmente associado ao crescimento da produção e da produtividade do trabalho, o desenvolvimento era entendido como resultado da expansão da indústria e do comércio.

Ao longo do século XX, o conceito foi se ampliando, incorporando dimensões sociais — como educação, saúde e bem-estar — e, mais recentemente, ambientais e até de gênero. No entanto, ao relativizar a centralidade da economia e da técnica, parte dessas interpretações contemporâneas acabou por dissociar o desenvolvimento de sua base material e objetiva, esvaziando o núcleo produtivo como aspecto no qual as outras dimensões se integram e com o qual interagem. Mesmo o desenvolvimento passou a ser visto com ressalvas, por não prescindir de certo crescimento econômico, o que entraria em conflito, por exemplo, com questões

ambientais, levando algumas correntes a defenderem até mesmo o “decrescimento” como alternativa para a garantia do bem-estar e do “bem viver” social, como defende Garcia (2012).

Ao associar crescimento e desenvolvimento econômico ao processo de acumulação do capital e acentuação das desigualdades que caracterizam o capitalismo, e ao constatar que os recursos naturais que garantem e satisfazem a demanda social por bens e serviços são finitos e limitados, a solução para muitos passou a ser a defesa de modos de vida “tradicionais”, alternativos, típicos de modos de produção pré-capitalistas, dependentes de uma conscientização individual e coletiva, que romperia com muitas das características da sociedade moderna e urbana que emergiu a partir da Europa e se disseminou mundialmente após a revolução industrial. O resultado muitas vezes é uma certa “romantização” da precariedade das condições de vida, e negação do fato de que para haver uma sociedade mais justa e igualitária, é necessário elevar a capacidade técnica e produtiva da mesma. Sem produção, representada em bens e serviços de consumo, não há possibilidade de distribuição e redistribuição de riqueza.

Diante disso, optou-se aqui por fazer uma espécie de resgate das origens do conceito de desenvolvimento, para assim recuperar o essencial e que com o tempo acabou sendo deixado de lado. Retoma-se, para isso, o pensamento dos clássicos da economia política e a concepção materialista histórica e dialética do desenvolvimento, elaborada por Karl Marx e com contribuições de Vladimir Lenin.

■ 3. ENFOQUE E VISÃO DO DESENVOLVIMENTO SEGUNDO OS CLÁSSICOS DA ECONOMIA POLÍTICA E KARL MARX

Na economia política clássica, desenvolvimento estava ligado à acumulação de capital. Isto é, para que a sociedade melhorasse suas condições de existência, seria fundamental que a capacidade de produção também se elevasse, e isso é alcançado pelo aprimoramento das forças produtivas (terra, capital e trabalho), especialmente com o aumento da relação capital/produto. Para Adam Smith (1983) o objeto fundamental para o desenvolvimento seria o trabalho produtivo. A quantidade de mercadorias produzidas por cada trabalhador dependeria do capital, da tecnologia empregada e da divisão do trabalho. É na indústria que as forças produtivas conseguiriam avançar mais rápido, elevando a riqueza das nações.

De acordo com a concepção materialista histórico-dialética formulada por Karl Marx, e incorporando as contribuições dos clássicos da economia política, os fenômenos sociais, para serem compreendidos em sua essência, devem ser analisados a partir dos processos de produção, circulação e distribuição dos bens e produtos que sustentam a reprodução da vida em sociedade. De tal modo que essa concepção confere especial centralidade a dois elementos interdependentes: as forças produtivas e as relações sociais de produção – com ambas conformando a estrutura, ou, a base econômica e material dos modos de produção e das formações sociais (MARX, 2008).

As forças produtivas expressam o resultado da relação entre a sociedade e a natureza mediada pelo trabalho – o processo pelo qual o ser humano se apropria, transforma e combina elementos e matérias-primas extraídos do meio natural (MARX, 2015), desenvolvendo instrumentos, técnicas e conhecimentos orientados à produção de bens necessários à reprodução da vida social e cultural. Já as relações sociais de produção dizem respeito às formas pelas quais se organiza e se estrutura a produção, a distribuição e a reprodução da riqueza social, determinadas principalmente pela divisão social do trabalho e seu regime de propriedade correspondente.

Da evolução da técnica, do aprofundamento da divisão social do trabalho e do avanço do conhecimento científico enquanto processos que se retroalimentam, decorre a elevação da capacidade humana de dominar e transformar a natureza. Com isso, a sociedade cria condições de produzir uma quantidade maior de bens e serviços necessários à reprodução social com um volume relativamente menor de trabalho despendido. Intensifica-se, assim, o *desenvolvimento das forças produtivas* e, por conseguinte, a capacidade produtiva do trabalho humano – isto é, eleva-se a produtividade do trabalho – ampliando as possibilidades de geração e acumulação de riqueza e satisfação das necessidades sociais.

É nesse aspecto, inclusive, que se encontra o traço distintivo do capitalismo em relação aos modos de produção anteriores. Com o desenvolvimento das forças produtivas proveniente da industrialização que lhe caracteriza, eleva-se também o volume do capital excedente. Ao contrário dos “antigos modos de produção”, onde “as unidades econômicas podiam subsistir durante séculos sem modificar seu caráter e dimensão, sem ultrapassar os limites do feudo, da aldeia ou do pequeno mercado” (LENIN, 1985, p. 31), com o aumento da produção decorrente da maior produtividade do trabalho no capitalismo, aumenta o montante do lucro – o valor dos produtos finais, deduzidos os custos com meios de produção e força de trabalho.

Este lucro pode então ter dois destinos: converter-se em renda do capitalista, sob a forma de consumo pessoal ou poupança; ou retornar à produção, repondo os meios de produção utilizados anteriormente no processo produtivo, ou transformando-se em capital excedente, isto é, em capital adicional reinvestido num novo processo de produção, configurando o que Marx (2014) denominou de “reprodução ampliada do capital”, em contraposição à “reprodução simples”, onde a repetição do processo de produção se dá na mesma proporção.

O lucro, ao invés de ser majoritariamente consumido pessoalmente pelo proprietário dos meios de produção, passa a ser destinado cada vez mais ao consumo produtivo, num processo em que o capitalismo cria seu próprio mercado (MARX, 2014), e em que “os diferentes ramos da indústria (...) servem de ‘mercado’ uns para os outros” (LENIN, 1985, p. 31). Seja por meio de investimentos na aquisição de novas máquinas e equipamentos, seja pela introdução de inovações técnicas na produção, ambos têm como resultado a elevação da produtividade do trabalho e a “transformação constante dos modos de produção e o crescimento ilimitado do seu volume” (LENIN, 1985, p. 31).

Assim, com o aumento da produtividade do trabalho, eleva-se também a escala da produção e a capacidade de gerar riqueza, expandindo a riqueza social global do ponto de vista quantitativo, enquanto “coleção de mercadorias” (MARX, 2015, p. 157). Consolida-se, portanto, no capitalismo, o triunfo da grande produção enquan-

to tendência dominante e ponto mais elevado do desenvolvimento das forças produtivas, acompanhado da expansão dos mercados e do processo de especialização da divisão social do trabalho por meio da integração dos diversos ramos e setores produtivos.

Do ponto de vista histórico, a partir desse momento, o grande desafio passa a ser conjugar o desenvolvimento das forças produtivas com o atendimento das demandas sociais, transformando o desenvolvimento econômico em desenvolvimento social, em suas variadas dimensões, inclusive a ambiental. Além de elevar a produtividade do trabalho, decorrente do desenvolvimento das forças produtivas, num processo, por exemplo, onde máquinas produzem máquinas, o desenvolvimento social requer que a produção esteja a serviço da sociedade, que o processo de acumulação e reprodução do capital se dê baseado em atividades que tenham como produto final bens e serviços de que a sociedade necessita.

De modo que o desenvolvimento social não pode prescindir do desenvolvimento das forças produtivas como caminho para se elevar a produtividade do trabalho. O avanço da capacidade produtiva se coloca como requisito econômico e material indispensável para sustentar e ampliar a melhoria no âmbito da reprodução da vida social. Em outras palavras, se o desenvolvimento econômico proveniente do desenvolvimento das forças produtivas não é por si só garantia de desenvolvimento social, certo é que sem o desenvolvimento das forças produtivas torna-se inviável melhorar as condições de vida da sociedade como um todo.

A esse respeito, Marx (2012) traz algumas observações bastante pertinentes ao tratar do “produto social total” como “fruto do trabalho”. De tudo o que a sociedade produz, pode-se fazer a seguinte distinção. Uma parte é utilizada na produção: caso dos recursos produzidos que devem retornar à produção a fim de substituir os meios de produção consumidos; e dos recursos adicionais que devem ser empregados na expansão da produção, que garantirá, como vimos, a elevação da produtividade do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas.

A outra parte do produto total é destinada ao consumo, ao que Marx chama de “fundos de consumo”. O que abrange, desde recursos e custos com a administração e instituições de governo que de alguma maneira ajudam a organizar e garantir a reprodução da vida em sociedade, recursos para assistência social, pensões, aposentadorias, até chegar aos recursos individuais atrelados à produção em si, como os salários e remunerações, e ao consumo atrelado “à satisfação das necessidades coletivas”, voltado a garantir o acesso à educação, saúde etc, enfim, todos os bens e serviços que são consumidos coletivamente, como são os casos, por exemplo, das infraestruturas e equipamentos urbanos, a cidade em si e a qualidade do meio ambiente em que as pessoas vivem.

De modo que o desenvolvimento das forças produtivas e a elevação da produtividade do trabalho colocam-se potencialmente como a base sobre a qual se pode emergir uma dinâmica econômica que garanta os recursos e produtos necessários para a satisfação das necessidades sociais, representada pelos fundos de consumo, sejam eles individuais ou coletivos.

O mesmo se pode dizer da questão ambiental. Se bem é verdade que o processo de acumulação e a elevação da capacidade de produzir bens de produção e de

consumo acabam demandando mais recursos naturais, a saída não pode ser retroceder a modos de produção anteriores ao capitalismo, incapazes de garantir os bens necessários à reprodução social. É preciso deixar claro que optar por essa via significaria condenar centenas de milhões de pessoas a uma vida de privações ao redor do mundo, dado que a desigualdade e a pobreza em decorrência do subdesenvolvimento ainda são realidades na vida de grande parte da população mundial.

Também neste caso a solução dos problemas e superação das contradições postas pelo capitalismo passa, objetivamente, pelo desenvolvimento das forças produtivas, por mais contraitutivo que isso possa parecer. A questão não é produzir menos para impactar menos o meio ambiente, e sim produzir “melhor”, investir em novas tecnologias que entreguem fontes energéticas limpas e insumos produtivos de menor impacto ambiental, como são os casos das energias renováveis, indústria verde e etc. Essa é a única alternativa plausível capaz de aliar desenvolvimento social com ambiental, e qualquer tentativa que vá no sentido contrário a isso deve estar disposta a declarar abertamente que é a favor de manter elevados contingentes de pessoas na pobreza e precariedade, flertando com a misantropia.

Por fim, cabem algumas considerações finais a respeito das implicações que o conceito e concepção de desenvolvimento aqui apresentados podem conferir na formulação de estratégias para o Rio de Janeiro, indicando possíveis caminhos para a superação dos principais problemas e desafios da cidade.

■ 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: INDICAÇÕES E POSSIBILIDADES PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO RIO DE JANEIRO

Com base na compreensão aqui exposta, torna-se evidente que o desenvolvimento social e ambiental não pode prescindir do desenvolvimento em seu aspecto econômico, este entendido como avanço das forças produtivas. A elevação da produtividade do trabalho proveniente da ampliação da capacidade produtiva da sociedade constituem as bases materiais e pré-condição para a melhoria das condições de vida da população e para uma transição para formas mais sustentáveis de organização social e do território.

No caso particular da cidade do Rio de Janeiro e suas regiões de influência – região metropolitana e Estado do Rio de Janeiro –, o enfrentamento das desigualdades sociais, a ampliação do acesso a bens e serviços públicos, a valorização do trabalho e geração de empregos e a adoção de tecnologias ambientalmente responsáveis exigem um patamar mínimo de acumulação e eficiência produtiva que permita criar e distribuir renda e riqueza de modo consistente. Não é possível enfrentar tais desafios, universalizar os serviços e direitos sociais como educação e saúde, moradia, ampliar e desenvolver os sistemas de transporte coletivo e de massas, elevar a qualidade do ambiente urbano e reduzir suas disparidades territoriais sem construir um tecido produtivo capaz de sustentar essas transformações do ponto de vista financeiro e de oferta de bens e serviços industriais.

Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas, representado especialmente por um novo impulso de industrialização, pela inovação tecnológica e pela

incorporação de energias limpas e de menor impacto, torna-se condição incontornável para a realização dos objetivos de caráter social e ambiental. Formular uma estratégia de desenvolvimento econômico para o Rio de Janeiro, que envolva o progresso técnico e científico da indústria, é o que permitirá compatibilizar a elevação da produção material com a preservação ambiental, transformando a base produtiva em instrumento de promoção do bem-estar coletivo e construção de uma nova relação entre cidade, sociedade e natureza.

De modo que a ênfase no desenvolvimento das forças produtivas não significa reduzir o conceito de desenvolvimento à sua dimensão puramente econômica, negligenciando outros aspectos. E sim reconhecer que é precisamente nela que se encontra a condição de possibilidade de qualquer avanço duradouro e sustentável do ponto de vista social e ambiental. O desafio contemporâneo consiste, portanto, em construir uma dinâmica de desenvolvimento que una crescimento produtivo, inclusão social e sustentabilidade ecológica — uma dinâmica que coloque o Rio de Janeiro no caminho de uma economia condizente com as exigências do século XXI: uma economia moderna, ambientalmente responsável e socialmente justa.

■ 5. REFERÊNCIAS

GARCIA, Ernest. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado. IN: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Ellimar Pinheiro do.(Orgs). Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro, Garamond: 2012.

LENIN, Vladimir. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação. Desenvolvimento econômico do Rio: diagnósticos e ações. Ano I. Rio de Janeiro: SMDEIS, 2022.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

P R E F E I T U R A



RIO

Instituto
Pereira Passos